

PROJETO DE LEI Nº _____ 2025

ESTABELECE DIRETRIZES PARA O INCENTIVO AO USO DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ORDENAMENTO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Município de Vitória, diretrizes gerais para o incentivo à utilização da energia solar fotovoltaica, como instrumento de promoção da sustentabilidade ambiental, da eficiência energética e do desenvolvimento urbano sustentável.

Art. 2º As diretrizes previstas nesta Lei orientam a atuação do Poder Público Municipal, respeitadas as competências constitucionais e legais, especialmente as normas federais que regem o setor energético.

Parágrafo único. A aplicação desta Lei não implica regulamentação técnica dos sistemas de geração de energia, nem interfere nas atribuições dos órgãos reguladores federais.

Art. 3º São objetivos das diretrizes instituídas por esta Lei:

- I – incentivar o uso de fontes de energia limpa e renovável;**
- II – contribuir para a redução dos impactos ambientais decorrentes do consumo energético;**
- III – estimular práticas sustentáveis na construção civil e no uso dos imóveis urbanos;**
- IV – promover a conscientização da população quanto aos benefícios da energia solar;**
- V – fomentar a integração da política ambiental com o planejamento urbano municipal.**

Art. 4º O Município de Vitória poderá, no âmbito de suas políticas públicas ambientais, urbanísticas e educacionais:

- I – incentivar ações de conscientização e educação ambiental relacionadas ao uso da energia solar;**

II – fomentar parcerias com instituições públicas ou privadas, observada a legislação vigente;

III – estimular a adoção de soluções sustentáveis em projetos urbanos e edificações, nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 5º As diretrizes estabelecidas nesta Lei não criam obrigações administrativas, operacionais ou financeiras compulsórias ao Poder Executivo, nem impõem a criação de programas, estruturas, cargos ou despesas obrigatórias.

Art. 6º A eventual concessão de incentivos fiscais, financeiros ou urbanísticos relacionados à energia solar dependerá de legislação específica de iniciativa do Poder Executivo, observadas as normas orçamentárias, financeiras e a legislação fiscal vigente.

Art. 7º A implementação das diretrizes previstas nesta Lei deverá observar os instrumentos de planejamento municipal, especialmente o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, quando aplicável.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, respeitados os limites constitucionais, legais e federativos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 30 de Dezembro de 2025

Dárcio Bracarense
Vereador PL

JUSTIFICATIVA

1. Do Contexto Ambiental e Urbano

A implementação da Lei de Regulamentação da Instalação de Painéis Fotovoltaicos no Município de Vitória é essencial para promover o uso de energia limpa e renovável, contribuindo para a redução da dependência de fontes não renováveis e mitigando os impactos ambientais da geração de eletricidade. Além disso, a utilização de energia solar contribui de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável do município, alinhando-se aos objetivos de preservação ambiental e combate às mudanças climáticas.

A transição para matrizes energéticas limpas e renováveis constitui um dos maiores desafios contemporâneos da gestão pública, especialmente no âmbito urbano. O crescimento das cidades, aliado ao aumento da demanda energética, impõe aos entes federativos a adoção de políticas públicas que conciliem desenvolvimento, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.

Nesse cenário, a energia solar fotovoltaica destaca-se como alternativa limpa, renovável e ambientalmente responsável, capaz de contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, para o uso racional dos recursos naturais e para a promoção de cidades mais resilientes e sustentáveis.

O Município de Vitória, atento a essa realidade, possui papel relevante na promoção de diretrizes ambientais e urbanísticas que incentivem práticas sustentáveis, respeitando o pacto federativo e as competências constitucionais estabelecidas.

2. Da Competência Municipal e do Enquadramento Constitucional

A presente proposição encontra sólido amparo constitucional, especialmente nos artigos 30, incisos I e II, 225, 182 e 170, inciso VI, da Constituição Federal, que conferem ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local, promover o adequado ordenamento urbano e proteger o meio ambiente, assegurando o desenvolvimento sustentável.

Ressalte-se que o Projeto de Lei não adentra a regulação técnica do setor energético, nem interfere nas atribuições da União ou dos órgãos reguladores federais, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Ao contrário, o texto foi cuidadosamente estruturado como norma de diretrizes, limitando-se a orientar a atuação do Poder Público Municipal no âmbito de suas competências ambientais e urbanísticas.

Trata-se, portanto, de exercício legítimo da competência municipal, em plena harmonia com o pacto federativo e com o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

3. Da Ausência de Vício de Iniciativa

Sob o aspecto formal, o Projeto de Lei não padece de vício de iniciativa, uma vez que:

- não cria órgãos, cargos ou funções públicas;
- não impõe obrigações administrativas compulsórias ao Poder Executivo;
- não institui programas de execução obrigatória;
- não cria ou amplia despesas públicas de caráter continuado;
- não concede incentivos fiscais ou financeiros de forma direta.
-

A proposição limita-se a estabelecer diretrizes gerais, utilizando linguagem autorizativa e facultativa, preservando integralmente a autonomia administrativa e a discricionariedade do Poder Executivo quanto à implementação de políticas públicas, nos termos da legislação orçamentária e financeira vigente.

4. Do Mérito da Proposta

O mérito da presente iniciativa reside na construção de um marco orientador para o incentivo ao uso da energia solar no Município de Vitória, integrando a política ambiental ao planejamento urbano e à educação ambiental, sem impor obrigações ou interferir em normas técnicas federais.

Ao fomentar a conscientização da população e estimular práticas sustentáveis no uso dos espaços urbanos, o Projeto de Lei contribui para:

- a promoção da eficiência energética;
- a redução de impactos ambientais;
- o fortalecimento de uma cultura de sustentabilidade;
- a valorização de soluções inovadoras compatíveis com o desenvolvimento urbano sustentável.

Além disso, ao condicionar eventual concessão de incentivos fiscais ou financeiros à edição de legislação específica de iniciativa do Poder Executivo, a proposta respeita rigorosamente as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e os instrumentos de planejamento orçamentário.

5. Da Técnica Legislativa e da Segurança Jurídica

O texto foi elaborado com observância à boa técnica legislativa, adotando redação clara, objetiva e sistemática, compatível com o ordenamento jurídico municipal, estadual e federal.

A opção por um modelo normativo de diretrizes confere ao Projeto de Lei elevado grau de segurança jurídica, evitando conflitos de competência, vícios formais ou materiais e assegurando sua plena aplicabilidade no âmbito das políticas públicas municipais.

6. Conclusão

Diante do exposto, resta evidente que o presente Projeto de Lei representa medida legítima, constitucional e juridicamente segura, que fortalece o compromisso do Município de Vitória com a sustentabilidade ambiental, sem comprometer a autonomia administrativa do Poder Executivo ou violar o pacto federativo.

Por tais razões, considerando o relevante interesse público envolvido, a pertinência temática e a adequação constitucional da matéria, entende-se que o Projeto de Lei merece integral aprovação por esta Casa Legislativa, contando como o apoio dos nobres pares.

Palácio Atílio Vivácqua, 30 de Dezembro de 2025

Dárcio Bracarense
Vereador PL

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300330033003900320030003A005000

Assinado eletronicamente por **Dárcio Bracarense Filgueiras** em 30/12/2025 15:18

Checksum: **5D7C2BD6727635C61FE11DC6AA3F9FDAA8D621DD314D897E4F0C6059437A0F89**